ANEXO I

Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. de 20 de outubro de 2022.

ESTATUTO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A.

CNPJ/ME: 15.090.690/0001-94

CAPÍTULO I – Denominação, Objeto, Sede e Foro

Art. 1º. A companhia denominar-se-á **CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A.** (“Companhia”), constituída sob a forma de uma sociedade por ações, sendo regida pelo presente estatuto social (“Estatuto Social”), pelas disposições legais aplicáveis, especialmente a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada (“Lei 6.404”), e demais determinações das autoridades competentes, com sede e foro na Avenida Juscelino Kubitschek, Qd. 19, Lote 01,08 no Ed. Gênzesis, 5º andar, bairro Jundiáí, na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, CEP 75.110-390.

Parágrafo Único. A Companhia poderá abrir ou encerrar filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional, mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo a inclusão de nova(s) filial(is) neste Estatuto Social ser deliberada na primeira assembleia geral de acionistas que ocorrer após a deliberação de sua(s) respectiva(s) abertura(s) pelo Conselho de Administração.

Filial Tocantins: Quadra 112 Sul, Av. NS-10, s/n, Conj. 9, lote 2, Plano Diretor Sul, na Cidade de Palmas, Estado do Tocantins, CEP 77.020-174 – NIRE 17900392937. CNPJ: 15.090.690/0002-75.

Filial Brasília: SRTVS - Setor de Rádio e TV Sul - Quadra 701 - CONJ. D, n.º 280, Bloco B, Salas 505/507, Centro Empresarial Brasília, Bairro Asa Sul, na Cidade Brasília, Distrito Federal, CEP 70.340-907.

Art. 2º. A Companhia tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da **(i)** BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); **(ii)** BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); **(iii)** BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B) (todos, em conjunto, o “Sistema Rodoviário”), descritos no Anexo 2 do Contrato de Concessão a ser celebrado entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) (“Contrato de Concessão”), conforme o Edital de Concessão nº 01/2021 (“Edital”) da ANTT, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais,

marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados, a execução e gestão dos serviços complementares, e o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela Companhia (“Concessão”), conforme dispõe o Edital, o respectivo Contrato de Concessão e seus anexos.

Parágrafo Único. Fica expressamente vedada a prática, pela Companhia, de quaisquer atos estranhos ao objeto aqui descrito.

Art. 3º. A Companhia possui prazo indeterminado, tendo como prazo mínimo de duração o período de tempo necessário para a extinção da Concessão e da totalidade das obrigações da Companhia decorrentes do Contrato de Concessão.

CAPÍTULO II – Capital Social e Ações

Art. 4º. O capital social subscrito é de R\$ 1.922.550.916,98 (um bilhão, novecentos e vinte e dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, novecentos e dezesseis reais e noventa e oito centavos) correspondente a 1.922.550.916 (um bilhão, novecentos e vinte e dois milhões, quinhentas e cinquenta mil, novecentas e dezesseis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. O capital social integralizado é nesta data de R\$ 1.922.550.916,98 (um bilhão, novecentos e vinte e dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, novecentos e dezesseis reais e noventa e oito centavos).

Parágrafo Segundo. A Companhia poderá emitir debêntures, inclusive conversíveis em ações, e ações, subordinadas às normas legais e regulamentares vigentes, bem como respeitado o disposto no Art. 35º deste Estatuto Social para os fins de distribuição pública no mercado de valores mobiliários.

Art. 5º. O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações tomadas em Assembleia Geral da Companhia.

CAPÍTULO III - Governança da Companhia

Seção A– Assembleia Geral

Art. 6º. A Assembleia Geral será instalada, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, para tratar dos assuntos objeto de sua convocação, observadas as determinações legais, estatutárias, bem como as

disposições do Acordo de Acionistas da Holding do Araguaia S.A. (“Acordo de Acionistas”) arquivado na sede da Companhia.

Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou por acionistas da Companhia, desde que preenchidos os requisitos do art. 123, parágrafo único, da Lei 6.404.

Parágrafo Segundo. A Assembleia Geral será convocada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, por meio de edital de convocação publicado nos termos da Lei 6.404 e deverá indicar a data, horário e local em que a Assembleia Geral será realizada, bem como as matérias da ordem do dia e indicação de forma de acesso a todos e quaisquer documentos que devam ser analisados ou aprovados na Assembleia Geral a ser realizada ou que sirvam de fundamento para as deliberações a serem tomadas, sem prejuízo das demais formalidades previstas na Lei 6.404. O edital de convocação não poderá incluir itens genéricos, como “assuntos de interesse geral da Companhia”, nem obrigações de não fazer.

Parágrafo Terceiro. Independentemente das formalidades legais e dos requisitos previstos neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas da Companhia.

Parágrafo Quarto. Sujeito às disposições do Acordo de Acionistas, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando pelo menos 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo Quinto. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, em sua ausência, por membro do Conselho de Administração eleito pela maioria dos presentes na Assembleia Geral. O secretário será escolhido por quem estiver presidindo a Assembleia Geral.

Parágrafo Sexto. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia constante do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei 6.404.

Parágrafo Sétimo. Os acionistas poderão votar as matérias submetidas às assembleias: (a) pessoalmente; (b) por procurador, na forma do art. 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações; (c) por telefone; (d) por videoconferência; (e) por fac-símile; (f) por correio; (g) por e-mail; ou (h) por qualquer outro meio legal por que se possa expressar validamente suas opiniões, desde que, nas hipóteses das alíneas (c) a (h), acima, uma cópia da ata da assembleia seja assinada individualmente pelos acionistas e enviada por fac-símile ou por e-mail no mesmo dia da assembleia e o respectivo original seja posteriormente assinado por todos os acionistas que comparecerem à referida assembleia, inclusive eletronicamente.

Parágrafo Oitavo. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que poderá

ser lavrada eletronicamente e na forma de sumário dos fatos ocorridos. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autênticas, para os fins legais.

Parágrafo Nono. A Assembleia Geral deverá ser realizada na sede da Companhia, a menos que de outra forma indicada no edital de convocação, observado o disposto no Art. 124, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404.

Art. 7º. Compete à Assembleia Geral, sujeito aos quóruns previstos no Acordo de Acionistas, além das matérias a ela reservadas pela legislação vigente, as matérias previstas nos parágrafos do presente Art. 7º, respeitando, no entanto, a necessidade de aprovação prévia da ANTT quando aplicável nos termos do Art. 34º do presente Estatuto Social:

- (I) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (II) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (III) aprovar a criação de qualquer nova classe ou espécie de ações da Companhia, ou qualquer alteração nos direitos e vantagens das ações de emissão da Companhia;
- (IV) aprovar o desdobramento de ações, agrupamento ou reagrupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria;
- (V) alterar o Estatuto Social da Companhia;
- (VI) aprovar a incorporação, fusão, cisão, transformação da Companhia;
- (VII) aprovar a dissolução, liquidação e extinção, cessação do estado de liquidação da Companhia, incluindo a nomeação ou remoção de liquidantes e aprovação das contas dos liquidantes;
- (VIII) indicar os membros do Conselho Fiscal da Companhia (quando instalado) e destituir seus respectivos membros;
- (IX) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia;
- (X) aprovar os critérios gerais de remuneração, políticas de benefícios e fixação de parâmetros anuais para o pagamento da remuneração variável referente aos cargos de administração e aos funcionários da Companhia;
- (XI) aprovar a distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, ou qualquer outra forma de remuneração dos acionistas da Companhia, acima do dividendo mínimo obrigatório previsto em lei ou no Estatuto Social;
- (XII) criar, alterar ou revogar a política de distribuição de dividendos da Companhia;

(XIII) aprovar (i) a destinação do lucro do exercício e distribuição do resultado e (ii) utilização de reserva de lucros, se quaisquer destes visar outros fins que não (a) distribuição de dividendos, (b) constituição de reservas ou (c) realização pagamento de juros sobre capital próprio;

(XIV) aprovar o uso reserva de capital, exceto de forma estabelecida no Plano de Negócios e/ou no Orçamento Anual;

(XV) rescindir o Contrato de Concessão;

(XVI) autorizar os administradores a declarar falência ou requerer recuperação judicial;

(XVII) aprovar aumentos e reduções de capital; a recompra, amortização, resgate ou cancelamento de ações de emissão da própria Companhia, a transferência de ações mantidas em tesouraria, a emissão de partes beneficiárias ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, emissão de opções ou bônus de subscrição, incluindo a aprovação do preço de emissão, as condições de pagamento e a forma de emissão, pública ou privada; e

(XVIII) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social.

Parágrafo Primeiro. Nenhuma matéria que não tenha sido incluída na ordem do dia poderá ser aprovada, a menos que seja aprovada pela unanimidade de votos.

Parágrafo Segundo. Sem prejuízo do disposto no caput, as deliberações mencionadas acima estão sujeitas, ainda, às regras e aos procedimentos estabelecidos no Acordo de Acionistas.

Parágrafo Terceiro. Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital votante presente à Assembleia Geral, não se computando os votos em branco.

Art. 8º. Para participar e deliberar nas Assembleias Gerais, o acionista se identificará e apresentará à Companhia comprovantes de sua condição de acionista.

Parágrafo Primeiro. A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo-se verdadeiras as declarações que prestar. Com exceção da não apresentação da procuração, se for o caso, nenhuma irregularidade formal, como a apresentação de documentos por cópia, ou a falta de autenticação de cópias, será motivo para impedimento do voto do acionista cuja regularidade da documentação for colocada em dúvida.

Parágrafo Segundo. Na hipótese do item anterior, os votos do acionista impugnado serão computados normalmente, cabendo à Companhia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

posteriores à Assembleia Geral, notificar o acionista impugnado de que, por meio de elementos definitivos de prova posteriormente obtidos, demonstrou-se que: **(i)** o acionista impugnado não estava corretamente representado na Assembleia Geral; ou **(ii)** o acionista impugnado não era titular, na data da Assembleia Geral, da quantidade de ações declarada. Nestas hipóteses, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, a Companhia desconsiderará os votos do acionista impugnado, que responderá por perdas e danos que o seu ato tiver causado.

Seção B – Administração

Subseção 1 – Disposições Gerais

Art. 9º. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Parágrafo Primeiro. Fica dispensada qualquer garantia de gestão como condição para a investidura dos administradores da Companhia.

Parágrafo Segundo. No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração e da Diretoria, tal membro poderá nomear por escrito (por meio de carta ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente) outro membro para representá-lo, devendo votar nas reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, em seu próprio nome e em nome do membro por ele representado.

Art. 10º. A Assembleia fixará a remuneração global anual dos administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição de tal verba entre os administradores, observado o disposto neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas.

Subseção 2 – Conselho de Administração

Art. 11º. O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, podendo ter suplentes inominados, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Acionistas para um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Os membros efetivos desse Conselho de Administração escolherão, entre eles, e conforme Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, o Presidente do Conselho, que terá mandato de no máximo 2 (dois) anos contados da data da respectiva eleição como conselheiro, pelo voto dos próprios integrantes do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração da Companhia não terá voto de desempate.

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro. Nas ausências ou impedimentos eventuais do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas pelo conselheiro que ele designar. Na falta do Presidente e do conselheiro por ele designado, os conselheiros presentes escolherão um deles para dirigir os trabalhos da reunião.

Parágrafo Quarto. No caso de vacância de qualquer dos cargos de conselheiros e, se quando houver, dos respectivos suplentes, a Assembleia Geral procederá ao preenchimento do(s) cargo(s) vago(s).

Parágrafo Quinto. A ordem e chamamento dos conselheiros suplentes, se houver, será definido pelo Conselho de Administração, quando aplicável.

Art. 12º. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 2 (dois) meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo constar da convocação a data, hora e local da reunião do Conselho de Administração, bem como as matérias da ordem do dia, adjunta à cópias de quaisquer relatórios, propostas ou qualquer outra informação relevante relacionada à ordem do dia, que deverão ser enviadas a todos os membros pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro. As reuniões do Conselho de Administração deverão ser realizadas na sede social da Companhia ou em outro local que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração de tempos em tempos.

Parágrafo Segundo Os membros do Conselho de Administração só poderão deliberar, em reunião, sobre assuntos da ordem do dia constante do respectivo edital de convocação, exceto se acordado de forma unânime por todos os membros em exercício.

Parágrafo Terceiro. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer quórum, respeitando o disposto no Acordo de Acionistas.

Parágrafo Quarto. Será também admitida a participação por qualquer meio de comunicação e os votos enviados por correspondência registrada, *facsimile* ou outro meio de transmissão escrita, desde que recebidos pelo Presidente do Conselho de Administração antes de encerrada a reunião.

Parágrafo Quinto: As decisões do Conselho de Administração deverão ser tomadas pelos votos da maioria dos membros presentes, ressalvado o quanto disposto no Acordo de Acionistas. O Presidente do Conselho de Administração não terá voto de minerva.

Art. 13º. Competirá ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia, sujeito aos quóruns previstos no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, devendo obrigatoriamente pronunciar-se sobre as matérias previstas nos

parágrafos do presente artigo, respeitando, no entanto, a necessidade de aprovação prévia da ANTT quando aplicável nos termos do Art. 34º do presente Estatuto Social:

(I) eleger ou destituir os membros da Diretoria e deliberar sobre a distribuição de honorários entre os Diretores;

(II) aprovar: **(a)** o Plano de Negócios e o Orçamento Anual, consistente no detalhamento das premissas e/ou investimentos previstos para o desenvolvimento das operações da Companhia, a cada 5 (cinco) anos e anualmente, respectivamente; **(b)** atos ou contratos que, cumulativamente (i) impliquem obrigação (efetiva ou potencial), transferência ou renúncia de direitos ou bens para a Companhia, (ii) não estejam previstos e sejam incompatíveis com o Orçamento Anual ou no Plano de Negócios, e (iii) cujo valor, individual ou agregado com atos ou contratos da mesma natureza, seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); **(c)** a contratação de financiamentos, empréstimos, despesas de capital, oneração de ativos e/ou outras garantias, observado as limitações contidas no Acordo de Acionistas; **(d)** prática de ato gratuito, pela Companhia, em relação a quaisquer bens ou direitos exceto pela venda de equipamentos no curso normal dos negócios ou por doações que estejam previstas no Plano de Negócios e/ou no Orçamento Anual; **(e)** relatórios de acompanhamento do Plano de Negócios da Companhia; **(f)** a política de pessoal, inclusive remuneração e participação nos resultados, bem como o plano de previdência privada, assegurando a sua conformidade com as definições corporativas adotadas pela controladora; **(g)** o Regimento Interno, assegurando a sua conformidade com o Estatuto Social da Companhia; **(h)** pedidos de reequilíbrio contratual, proposição de ações judiciais contra o poder concedente da concessão titularizada pela Companhia relacionado ao respectivo Contrato de Concessão; **(i)** alterações do Contrato de Concessão, desde que não sejam modificações ordinárias; **(j)** a representação da Companhia em licitações públicas; **(k)** a instituição financeira depositária das ações e demais valores mobiliários escriturais de emissão da Companhia; e **(l)** o Código de Ética da Companhia;

(III) desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral, deliberar sobre as emissões de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários;

(IV) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados e/ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros fatos, aspectos e atos administrativos que julgar de interesse da Companhia;

(V) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

(VI) acompanhar o efetivo desempenho da Companhia, conforme demonstrado nas informações financeiras periódicas e comparação de tal desempenho com o Plano de Negócios;

(VII) propor à Assembleia Geral distribuição de dividendos aos acionistas, caso tal aprovação seja exigida por este Estatuto Social;

- (VIII) aprovar as contas dos administradores e demonstrações financeiras da Companhia antes de sua submissão à Assembleia Geral Ordinária;
- (IX) elaborar propostas em relação a matérias que exijam a aprovação dos acionistas (por exemplo, emissões de capital, reorganizações societárias ou alterações de atos constitutivos);
- (X) discutir todos os assuntos que estejam fora do âmbito de competência da Diretoria, desde que tais assuntos não sejam de competência exclusiva de outros órgãos de governança corporativa da Companhia, nos termos da Lei 6.404, do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia e/ou deste Estatuto Social;
- (XI) implementar as deliberações tomadas em Assembleia Geral, se tais deliberações estiverem dentro das atribuições do Conselho de Administração;
- (XII) aprovar a modificação das práticas tributárias da Companhia ou a adesão a qualquer programa de financiamento de débitos tributários pela Companhia;
- (XIII) aprovar a abertura e fechamento de novas filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação da Companhia, bem como a relocação de filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação já existentes, exceto se previsto no Plano de Negócios;
- (XIV) resolver impasses em matérias de competência da Diretoria;
- (XV) aprovar alterações na política de relatórios e outros requisitos de comunicação;
- (XVI) promover alterações nas políticas e práticas contábeis de divulgação de informações da Companhia, exceto quando exigido por lei ou pelos princípios contábeis aplicáveis; e
- (XVII) aprovar, conforme aplicável, nos termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus controladores.

Parágrafo Único. Sem prejuízo do disposto no caput, as deliberações mencionadas acima estão sujeitas, ainda, às regras e aos procedimentos estabelecidos no Acordo de Acionistas.

Subseção 3 – Diretoria

Art. 14º. A Diretoria é responsável pela administração dos negócios sociais em geral, do dia-a-dia e da prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei, pelo presente Estatuto Social ou pelo Acordo de Acionistas,

atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. A Diretoria será formada por 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Superintendente e por 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, sendo permitida a cumulação de cargos.

Parágrafo Segundo. Os diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração com um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Terceiro. Compete ao:

- (I) Diretor Presidente: (a) exercer a direção geral dos negócios da Companhia; (b) manter coordenação constante da Companhia, bem como entre a Companhia e o Conselho de Administração e, por meio deste, com a Assembleia Geral de Acionistas; (c) assegurar a existência do planejamento empresarial e seu acompanhamento sistemático, dirigindo e controlando as metas e orçamentos dos programas anuais e plurianuais da Companhia; (d) decidir sobre as questões jurídicas, judiciais ou extrajudiciais com a manifestação prévia do Conselho de Administração ou Assembleia Geral de Acionistas nas questões que envolvam matéria correlata à competência deles; (e) disponibilizar, com apoio dos serviços corporativos, as contas e os relatórios periódicos da Companhia; (f) promover a obtenção de financiamentos e empréstimos junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, submetendo as operações à aprovação prévia da Assembleia Geral de Acionistas, por meio do Conselho de Administração; (g) adequar a organização da Companhia às suas finalidades; (h) formular estratégias que assegurem o cumprimento dos objetivos da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral de Acionistas; (i) representar a Companhia, na forma deste Estatuto Social, na celebração, distrato, denuncia, ou rescisão de convênios e contratos, em conjunto com o Diretor Superintendente, observadas as disposições deste Estatuto Social; (j) imediatamente após o seu recebimento, entregar a cada membro do Conselho de Administração cópia de todo o relatório ou correspondência submetidos à Diretoria pelos auditores da Companhia; e (k) dirigir e orientar os serviços de biblioteca, documentação e arquivos de sua área.
- (II) Diretor Superintendente: em alinhamento com o Diretor Presidente, a gestão executiva da Companhia e sua representação institucional e a garantia dos resultados pactuados com os acionistas, compreendendo: (a) coordenar, orientar e controlar todas as ações necessárias para o fiel e tempestivo cumprimento de suas obrigações; (b) dirigir e controlar as inspeções das operações de subsidiárias da Companhia; (c) administrar e gerenciar os orçamentos e custos operacionais da Companhia; (d) supervisionar o funcionamento da ouvidoria, assegurando sua independência; (e) orientar os serviços administrativo-financeiros prestados pela

estrutura corporativa; (f) representar a Companhia, na forma deste Estatuto Social, na celebração, distrato, denuncia, ou rescisão de convênios e contratos, em conjunto com o Diretor Presidente, observadas as disposições deste Estatuto Social; (g) supervisionar os serviços jurídicos locais; e (h) dirigir e orientar os serviços de biblioteca, documentação e arquivos de sua área.

(III) Diretor de Relação com Investidores: (a) a divulgação de informações, para o mercado e entidades reguladoras; (b) a elaboração, revisão, atualização e divulgação dos principais instrumentos de comunicação com o mercado, apresentações a investidores, analistas e mídia financeira; (c) o relacionamento com o mercado, definição de prioridades, organização e participação de eventos no mercado de capitais, planejamento da atuação da Companhia nas conferências e eventos promovidos por bancos e outras instituições do mercado de capitais; (d) a análise das opiniões dos analistas e investidores sobre o desempenho das ações, estratégias e resultados da Companhia, realização de estudos comparativos de resultados e desempenho de ações com pares mercadológicos, acompanhamento e compilação dos principais relatórios de analistas sobre a empresa e seu mercado, incluindo as recomendações e disseminando os principais pontos internamente na Diretoria e Conselho de Administração; (e) a captação e organização das informações relevantes para o mercado, manutenção da administração atualizada sobre o desempenho da empresa e de seu mercado; (f) a manutenção dos respectivos registros da Companhia junto às entidades reguladoras; e (g) a manutenção das políticas de divulgação de fatos relevantes e de negociação de valores mobiliários permanentemente atualizadas.

Parágrafo Quarto. Em suas faltas ou impedimentos, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor que ele designar. Os demais Diretores serão substituídos pelo Diretor designado pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Quinto. Em caso de vacância de cargo de Diretor, será convocado o Conselho de Administração para eleição do substituto, que completará o mandato do substituído.

Parágrafo Sexto. O mandato de diretor prorroga-se até a investidura do seu substituto ou do eleito para o mandato subsequente.

Parágrafo Sétimo. As deliberações nas reuniões da Diretoria deverão respeitar as regras deste Estatuto Social, do Regimento Interno da Companhia e/ou do Acordo de Acionistas. As atas das reuniões da Diretoria ficarão arquivadas na sede da Companhia, à disposição dos membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Oitavo. Na hipótese de constatação do descumprimento de qualquer disposição deste Estatuto Social por quaisquer dos diretores, ficam os diretores obrigados a dar ciência aos acionistas do referido descumprimento, imediatamente quando da sua ciência.

Art. 15º. A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, será sempre exercida por 2 (dois) diretores em conjunto, ou por diretor e 1 (um) procurador especificamente designado para tanto, ou ainda por 2 (dois) procuradores com poderes

específicos. Exceção feita aos mandatos “*ad judícia*”, nos quais a representação poderá ser feita por um único procurador, com poderes específicos.

Parágrafo Primeiro. É vedado expressamente aos Diretores e procuradores comprometerem a Companhia em operações estranhas ao negócio ou ao objeto social.

Parágrafo Segundo. Os instrumentos de mandato serão sempre firmados por 2 (dois) diretores da Companhia e não poderão ter prazo de vigência superior a 1 (um) ano, vedado o substabelecimento, exceção feita àqueles **(i)** com finalidade “*ad judícia*”, os quais poderão ser de prazo indeterminado e permitindo o substabelecimento; ou **(ii)** outorgados no âmbito de contratos de financiamento ou de constituição de garantias a esses financiamentos, os quais poderão ter o prazo de vigência a ser estabelecido nesses contratos.

Art. 16º. A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais, isoladamente, nos seguintes atos ou negócios: **(i)** representação perante a Administração Pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, no tratamento de assuntos rotineiros; **(ii)** assinatura de simples notificações, cartas ou avisos para pessoas físicas ou jurídicas, **(iii)** cobrança de créditos da Companhia; **(iv)** endosso de títulos e instrumentos ou depósito para crédito em favor da Companhia; e **(v)** representação da Companhia em juízo ou em processo administrativo.

Subseção 5 – Conselho Fiscal

Art. 17º. A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos e de suplentes em igual número, acionistas ou não, que funcionará somente nos exercícios em que for instalado, a pedido dos acionistas, na forma da lei, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, que lhes fixará a remuneração.

Art. 18º. Os membros do Conselho Fiscal serão pessoas físicas, residentes no País, que atendam aos requisitos e não estejam impedidos nos termos da lei, e terão a competência nela disciplinada.

Art. 19º. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo Primeiro. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas pela maioria de votos dos seus membros.

Parágrafo Segundo. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro e Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes.

CAPÍTULO IV – Exercício Social, Balanço, Reservas e Resultados

Art. 20º. O exercício social da Companhia encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, oportunidade em que será levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais.

Art. 21º. Após as deduções legais, o lucro líquido do exercício terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral, a partir de proposta apresentada pela administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento.

Art. 22º. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, levantar mensal, trimestral ou semestralmente demonstrações contábeis intercalares, podendo declarar, por deliberação dos órgãos de administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, observado o disposto no artigo 204 da Lei nº 6.404.

Art. 23º. Sobre o lucro líquido verificado, serão destacadas as quantias equivalentes às seguintes porcentagens, observadas as demais restrições legais aplicáveis, e devendo sempre serem observados os contratos celebrados com o Poder Concedente sobre a concessão do Sistema Rodoviário:

(I) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social serão alocados para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(II) 25% (vinte e cinco por cento) a ser distribuído como dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404;

(III) Até 70% (setenta por cento) do saldo dos lucros líquidos terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, podendo: (a) ser pago como dividendo suplementar aos acionistas; e/ou (b) ser alocado para uma "Reserva de Investimentos", sendo certo que somente haverá destinação à Reserva de Investimentos caso tal destinação seja necessária para possibilitar a implementação de investimentos previstos no Plano de Negócios ou no Orçamento Anual da Companhia, se houver, na forma do artigo 194 da Lei 6.404; e/ou (c) ser alocado à outra reserva de sendo certo que a soma dos saldos da Reserva de Investimentos e da reserva de lucros será limitado a 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; atingindo esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Art. 24º. Observado o limite constante do Art. 7º, XI, deste Estatuto, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, pagar dividendos e juros sobre o capital, nos limites da lei, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório referido no artigo anterior.

Art. 25º. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Art. 26º. Reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que os declarou.

CAPÍTULO V - Disposições Especiais

Art. 27º. A Companhia é uma sociedade de propósito específico e sua finalidade única é explorar o objeto social referido no artigo 2º deste Estatuto Social. Ela não poderá praticar quaisquer atos estranhos a esta finalidade

Parágrafo Único. Durante todo o prazo da Concessão, o controle societário da Companhia somente poderá ser modificado nos casos permitidos pelo Contrato de Concessão e com prévia e expressa autorização da ANTT, conforme disposto na Lei nº 8.987, de 1995 e na Lei nº 10.233, de 2001, sendo certo que o controle societário da Companhia somente poderá ser alterado após o início da cobrança da Tarifa de Pedágio (conforme definido no Contrato de Concessão), ressalvada hipótese de insolvência devidamente comprovada da controladora.

Art. 28º. Enquanto as normas aplicáveis à Companhia o exigirem, as seguintes deliberações, negócios ou registros somente poderão ser adotados, celebrados ou efetivados pela Companhia depois de ser obtida a prévia e expressa aprovação da ANTT e observadas as disposições legais:

- (I) quaisquer operações que importem em modificação da composição do controle acionário, direto ou indireto, conforme prevê o Contrato de Concessão e observado o disposto no Art. 33º do Estatuto Social;
 - (II) emissão de títulos e valores mobiliários que contenham dispositivo de conversão em ações ou que tenham como garantia ações integrantes do grupo controlador;
 - (III) contratação de empréstimos ou obrigações com terceiros ou com instituições financeiras no Brasil ou no exterior, que tenha como garantia direitos emergentes da concessão ou ações integrantes do grupo controlador;
 - (IV) a outorga dos direitos emergentes da Concessão em garantia dos financiamentos contratados, desde que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução das obras e serviços objetos da Concessão e nos termos do Contrato de Concessão, tais como as receitas de exploração do Sistema Rodoviário;
 - (V) qualquer modificação no conteúdo dos instrumentos de garantia da execução do Contrato de Concessão, a saber: carta de fiança ou seguro-garantia;
 - (VI) qualquer redução do capital social abaixo do valor mínimo permitido pela ANTT;
- e

(VII) alienação ou transferência de posse, locação ou arrendamento de bens da Concessão, nas hipóteses em que a anuência prévia da ANTT seja exigida pelo Contrato de Concessão.

Art. 29º. É vedado à Companhia:

(I) conceder empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para seus acionistas e/ou partes relacionadas, exceto transferências de recursos a título de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio e/ou pagamentos pela contratação de obras e serviços celebrados em condições equitativas de mercado; e

(II) prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas partes relacionadas e/ou terceiros.

Art. 30º. A Companhia deverá registrar-se como companhia de capital aberto junto à Comissão de Valores Mobiliários em até 2 (dois) anos a partir da Data de Assunção da Concessão (conforme definido no Contrato de Concessão), mantendo tal condição durante todo o prazo da Concessão, devendo, ainda, apresentar à ANTT, até o final do 25º (vigésimo quinto) mês de vigência da Concessão (conforme definido no Contrato de Concessão), a comprovação de abertura do capital.

CAPÍTULO VI – Dissolução

Art. 31º. A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período.

CAPÍTULO VII - Juízo Arbitral

Art. 32º. A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes (se houver) obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, todos os litígios, disputas ou controvérsias oriundas do Estatuto Social ou com ele relacionados serão definitivamente resolvidos de acordo com o regulamento de Arbitragem da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo - CIESP/FIESP (“Regulamento”), por um ou mais árbitros nomeados nos termos desse Regulamento.

Parágrafo Único. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo - CIESP/FIESP, conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes e aplicáveis pela mesma e em conformidade com os procedimentos estabelecidos no Acordo de Acionistas.

CAPÍTULO VIII – Acordo de Acionistas

Art. 33º. As disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede da companhia deverão ser observadas pelos acionistas, pelos administradores, pelos membros do Conselho Fiscal e pela Companhia, sendo-lhes expressamente vedado praticar qualquer ato em desconformidade ou acatar ou registrar qualquer declaração de voto de qualquer acionista signatário ou administrador vinculado ao Acordo de Acionistas, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder a transferência de ações e/ou direitos de subscrição de ações ou outros valores mobiliários em descumprimento ao previsto em referido Acordo de Acionistas.

Art. 34º. Em caso de conflito entre os termos deste Estatuto Social e o quanto disposto no Acordo de Acionistas, as provisões do Acordo de Acionistas devem sempre prevalecer. Na primeira Assembleia Geral realizada após a identificação de tal conflito, que deverá ser realizada o mais rapidamente possível, mas em qualquer caso nos 30 (trinta) dias seguintes à identificação do conflito, os acionistas deverão decidir e adotar uma alteração a este Estatuto Social de forma a eliminar tal conflito.

Art. 35º. A Companhia não deverá: **(A)** registrar, consentir ou ratificar **(i)** voto ou aprovação dos Acionistas, ou **(ii)** resolução, ação ou omissão de qualquer diretor, executivo ou gerente, ou **(B)** conduzir (ou abster-se de conduzir) qualquer ato que viole ou de outra forma entre em conflito com as disposições do Acordo de Acionistas. Nos termos do parágrafo 8º do artigo 118 da Lei 6.404, o presidente da Assembleia Geral, bem como os membros da administração da Companhia, não deverão proferir qualquer voto que seja incompatível com o disposto no Acordo de Acionistas.

CAPÍTULO IX – Disposições Gerais

Art. 36º. A Companhia observará integralmente os termos do Edital e do Contrato de Concessão. Havendo alguma contradição entre os termos do Edital, do Contrato de Concessão ou qualquer de seus anexos, com os termos deste Estatuto Social, prevalecerão os termos do Edital, do Contrato de Concessão ou qualquer de seus anexos sobre os termos deste Estatuto Social.

Art. 37º. Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos nos termos das atribuições do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, atendo-se à Lei 6.404, ao Acordo de Acionistas e outras legislações pertinentes, se aplicável.